

A resistência dos desempregados na Argentina: o movimento piquetero e o debate sobre o trabalho

Fernanda Soares Cardozo
Mestranda em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Resumo: Num contexto de grave crise econômica e política, surgiram na Argentina da década de 1990 diversos grupos de desempregados que adotaram um repertório de luta e de reivindicações comuns: o movimento piquetero. Esses grupos possuem três diferentes formas de fundação: os surgidos de partidos de esquerda, de sindicatos e a matriz territorial (a partir do bairro) e também diferenças ideológicas: enquanto alguns retomam a perspectiva de classe em seus discursos e documentos, outros grupos adotam uma posição reivindicativa bastante assistencialista e de inserção, não de transformação. Pretendemos nesse trabalho situar o movimento piquetero dentro das discussões que vêm sendo travadas dentro do campo dos movimentos sociais. Podem então ser considerados "novos movimentos sociais", já que essa teoria coloca de lado a perspectiva classista em detrimento de outras identidades?

Palavras-chave: Piqueteros, movimentos sociais, trabalho.

O movimento piquetero surge na Argentina durante a década de 1990, logo após um processo de privatizações de diversas empresas públicas como as de telefonia, luz, estradas de rodagem, entre outras. Mais especificamente, em 1996, durante os cortes da estrada nacional em Cutral-Có, província de Neuquén, como consequência das demissões em massa após a privatização da estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF). O impacto foi arrasador, chegando em certos casos à 80% da população total desempregada em algumas cidades que viviam em torno da produção de petróleo.

Essas privatizações fizeram parte de um contexto de “desindustrialização” que vinha se operando na Argentina desde a década de 1970. As privatizações de empresas públicas produziram inúmeras demissões, e a abertura ao capital estrangeiro e a facilidade de importar graças à paridade entre o dólar e peso acabaram levando à falência muitas empresas argentinas, gerando um expressivo número de desempregados, que chegaram a representar 20% da população economicamente ativa.

O movimento *piquetero* foi assim denominado devido a sua forma de protestar já em suas primeiras ações: fazer piquetes que interrompem o tráfego das estradas. Conseguiram dessa forma grande visibilidade para cobrar do governo políticas sociais e econômicas: foi o modo de chamar a atenção das autoridades e negociar. As reivindicações mais comuns num primeiro momento são alimentos para serem utilizados nos restaurantes comunitários e *Planes Jefes y Jefas de Hogar*¹, valor pago tanto pelo governo federal ou provincial, que pode exigir uma contrapartida de horas de trabalho, seja para a cidade ou para sua agrupação piquetera. Cada uma decide a utilização que dá a eles. As mais comuns são o reinvestimento do dinheiro para a criação e manutenção de empreendimentos produtivos.

A sociedade argentina não contava com redes de contenção nem com centros de formação ou reconversão trabalhista, mas tampouco o Estado se propôs a desenvolvê-los quando aplicou as medidas de flexibilização e demissões massivas. Os sindicatos não acompanharam seus afiliados e apoiaram o programa de reformas estruturais².

Buenos Aires e região metropolitana, com mais de 12 milhões de habitantes, concentra a maior parte da força produtiva do país e o núcleo do movimento piquetero. Ali se concentra o maior número de agrupações, atualmente cerca de 40. Elas se diferenciam ideologicamente (filiação política/partidária) e estrategicamente (modo de obter os benefícios junto ao governo), e estão alinhadas em três diferentes blocos³.

São características comuns desses grupos quatro eixos articuladores: o piquete com seu significado político e reivindicacional, o funcionamento assembleário (democracia direta), o motim como horizonte insurrecional (em diferentes medidas) e o trabalho territorial desenvolvido a partir de uma demanda da comunidade: restaurantes populares, educação, empreendimentos produtivos, entre muitas outras.

¹ Plano assistencial pago pelo Estado aos desempregados em geral, participantes de agrupações piqueteras ou não. Durante o governo Menem, eram chamados *Planes Trabajar*. Durante o governo De la Rúa, foram transformados em *Derecho Familiar de Inclusión Familiar: Planes Jefes y Jefas de Hogar*. Enquanto em 1997 eram distribuídos 200 mil *planes*, esse número chegou em 2003 a quase 2 milhões de beneficiários. Geram uma espécie de trabalho informal para o governo e são ao mesmo tempo a base do “novo” assistencialismo peronista. No governo Duhalde, os *planes* passam a se chamar *Jefes y Jefas de Hogar*, com um caráter mais abrangente. Para recebê-los basta se inscrever diretamente nos organismos oficiais, justificar sua situação e retirar o dinheiro através do banco. Assim o governo tenta tornar desnecessária a participação no movimento, o que não se concretiza, pois em todos os grupos o número de *planes* obtidos continua sendo superior ao de membros, o que prova que a obtenção do benefício não é o único atrativo de pertencimento.

² Svampa, 2005, p. 237

³ Referidos na segunda parte do texto.

Fazem parte do movimento piquetero os trabalhadores que perderam seus empregos ao longo do processo de reestruturação produtiva e de flexibilização trabalhista, que podem ser chamados de “novos pobres”⁴, e também os pobres estruturais.

Uma grande parte dos pobres provém da classe média, que ao longo dos últimos 10 anos foi ficando sem emprego, passou a trabalhar na informalidade, vivendo de “bicos” ou trabalhando por conta própria (taxistas, proprietários de micro empresas, vendedores ambulantes, etc). São pessoas que vivem objetivamente uma situação de pobreza, mas que têm sistemas de vida, expectativas e visões que não são próprias do universo da pobreza.

O movimento piquetero tem sua identidade profundamente ligada ao trabalho. Como destaca Godio⁵, “os piqueteros são pobres. Mas não pertencem ao mundo tradicional da marginalidade estrutural (como ocorre no Brasil, Venezuela ou Peru), senão ao mundo de uma sociedade salarial desarticulada. Por isso os movimentos piqueteros são tão persistentes e organizados. Têm vínculos históricos com os sindicatos e com as organizações sociais de bairro”.

A desindustrialização e o deterioramento das condições de vida das classes populares tiveram como conseqüência que o bairro emergiu como o espaço natural de ação e organização, convertendo-se em espaço de interação entre diferentes atores e organizações de base, comunidades eclesiais, ONGs. O distanciamento do mundo do trabalho formal (causado pelo desemprego e pela desindustrialização) fez com que surgisse uma nova militância territorial (luta pela terra e serviços básicos)⁶.

Ao deslocamento do conflito (da fábrica para o bairro) seguiu-se uma transformação nas formas de luta. O trabalhador, agora desempregado e tendo como espaço de convivência o bairro, luta agora por direitos como moradia, luz, serviços básicos em geral. Como demonstra Svampa (2005, p. 168), citando Merklen:

os assentamentos expressam a emergência de uma nova configuração social que coloca de manifesto o processo de inscrição territorial das classes

⁴ De acordo com Caputo (2004), o termo “novos pobres”, “faz referência à crise de emprego dos setores médios, ou seja, aqueles que, tendo podido aceder a certo nível de bem-estar através de sua estabilidade no trabalho, sofreram a queda dos salários reais na década de 80 e logo a crise de emprego nos 90. Em um primeiro momento não puderam manter um fluxo de ingressos necessários para sustentar certo nível de vida, mas em seguida não apenas perderam sua cobertura de previdência social senão que deveram afrontar os conflitos sociais e familiares associados ao desemprego prolongado. Essa mudança em sua relação com o mercado de trabalho os foi convertendo em excluídos”.

⁵ Godio, 2003. Internet.

⁶ Svampa, 2005, p. 240

populares. Ligadas à luta pela moradia e serviços básicos, essas ações foram construindo um novo marco e, por sua vez, um entramado relacional próprio, cada vez mais desvinculados do mundo do trabalho formal. Uma das primeiras conseqüências desta inscrição territorial é que o bairro foi surgindo como o espaço natural de ação e organização, e se converteu no lugar de interação entre diferentes atores sociais reunidos em refeitórios, salas de saúde, organizações de base, formais e informais, comunidades eclesiais, em alguns casos, apoiados por organizações não-governamentais. Ao fim, o surgimento de novos espaços organizativos dentro do bairro conheceu um novo impulso, ainda que fugaz, durante os episódios hiperinflacionários de 1989 e 1990, visíveis na proliferação de panelas e restaurantes populares.

Também fazem partes das transformações nas formas de protesto popular ocorrida nos anos 1990 o deslocamento do conflito trabalhista da área industrial para o setor público, a diminuição do número de reclamos salariais, o crescimento da demanda por pagamentos atrasados e por demissões, a redução do total de greves, o incremento do número de cortes de estradas, manifestações populares e greves de fome, aumento da frequência do protesto nas províncias e o crescente protagonismo dos grêmios provinciais e municipais como atores do conflito.

Além dos desempregados que formaram os primeiros grupos, agregaram-se ao movimento estudantes, funcionários públicos, grupos de mulheres, e trabalhadores informais que lutam por melhores condições. De acordo com Oviedo (2004, p. 5), “o movimento piquetero reúne a distintos componentes sociais explorados, desde os trabalhadores industriais desempregados que passaram pela experiência da luta sindical a uma enorme massa empobrecida dos bairros, de jovens e donas de casa que não passaram pela ‘escola’ da fábrica e do sindicato”.

Pretendemos discutir a questão dos “novos movimentos sociais” e como os piqueteros se aproximam ou se distanciam desse paradigma, através de uma análise bibliográfica sobre os principais autores que vêm analisando o movimento e de alguns documentos de reflexão teórica produzidos por seus integrantes.

É possível classificar um movimento de trabalhadores desempregados como “novo movimento social”? O que aproxima ou distancia os diversos grupos piqueteros desse paradigma? Os integrantes dos movimentos piqueteros se consideram “classe” trabalhadora?

Alguns grupos se colocam como membros da “classe” trabalhadora e participam de uma central sindical - outros se aproximam bastante das propostas de criar uma nova sociedade através de uma transformação ética. Um terceiro bloco está claramente alinhado a partidos políticos que originou agrupações piqueteras como um braço político, e participam das eleições.

Novos movimentos sociais

Os “novos movimentos sociais” caracterizam-se por serem unidades menores, dotadas de maior capacidade de iniciativa, articuladas em rede, substituindo as grandes organizações que acumulam poder concentrado, partindo do pressuposto que ‘transformar’ não é só modificar a sociedade a partir do aparelho do Estado, é modificá-la também no nível das ações concretas da sociedade civil.

Representam a passagem da ênfase nas teorias de classe para as teorias dos movimentos sociais. A categoria de sujeito popular ou ator social passa a substituir a categoria de classe social, bem como o de movimento popular e/ou de movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos. Fragmentados em pequenos grupos, os novos movimentos sociais articulam-se em redes, se integrando na diversidade em busca de objetivos comuns.

Os debates sobre o conflito social estavam centrados na conceito marxiano de luta de classes. Para Marx, as forças em oposição na sociedade eram a burguesia e o proletariado, este último com a missão histórica de tomar o poder e destruir o modo de produção capitalista. O proletariado de todo mundo deveria ser reunido através da consciência de classe e coordenado por duas instâncias - o sindicato e o partido. No sindicato estavam os trabalhadores, de várias categorias, mas unidos pela semelhança de sua situação na cadeia produtiva. Os trabalhadores eram os únicos que podiam mudar a realidade - possuíam exclusividade nessa tarefa.

A luta dos movimentos sociais tradicionais pressupõe uma ruptura - uma transformação, que transformaria o modo de produção e assim toda a sociedade.

Os novos movimentos sociais não querem revolucionar: apenas garantir o acesso à direitos básicos como alimentação, trabalho, moradia. O paradigma dos “novos movimentos sociais” explica o nascimento de movimentos que “almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: do governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados”.⁷

Como coloca Durham (1984), “devemos evitar a noção de que os movimentos sociais são formas inferiores de mobilização, que devem evoluir para formas mais plenas e satisfatórias de atuação política: a partidária e a sindical. Esse tipo de pressuposto freqüentemente se justapõe à noção de que a emergência desses movimentos se explica pelo fechamento imposto pelo regime aos canais normais de manifestação política e de reivindicações econômicas que seriam os partidos e os sindicatos. Os movimentos sociais apareciam assim como substitutos (empobrecidos) dos movimentos verdadeiros”.⁸

Gohn (2002) e Scherer-Warren (1996) defendem a necessidade de um paradigma latino-americano para os movimentos sociais, ressaltando que a diferença entre a luta dos movimentos europeus e norte-americanos (baseados nos quais foi elaborado o conceito de NMS) é mais concreta do que teórica. Essa transposição teórica não dá conta da diversidade de movimentos sociais existentes, da hegemonia dos movimentos populares diante de outros tipos de movimentos sociais, da diferenciada relação que se estabelece entre os partidos políticos junto aos NMS, entre outros fatores.

A aplicação desses modelos explicativos importados não considera as diferenças históricas da realidade latino-americana, como o passado escravocrata e colonial, a relação clientelista com o Estado, dificultando a criação de espaços livres e democráticos, as ditaduras em associação com o capital internacional e o permanente local na divisão internacional do trabalho. Embora os processos produtivos tenham se transformado, a América Latina continuou na periferia do sistema.

⁷ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p.49/50

⁸ DURHAM, Eunice Ribeiro. **Movimentos Sociais**: a construção da cidadania. In: *Novos estudos do CEBRAP*, nº 10, São Paulo, 1984.

Ou seja: as lutas dos movimentos sociais latino-americanos são majoritariamente de caráter econômico, buscam atender as necessidades sociais básicas, de sobrevivência diária. Há uma hegemonia de movimentos populares diante de outros movimentos sociais, que buscam articular a ação política com a geração de renda e alternativas imediatas para seus membros.

Entretanto, a proposição de enxergar os movimentos sociais dentro da perspectiva de classe, que havia sido deixada de lado a partir do surgimento das teorias dos novos movimentos sociais, vem sendo retomada por autores como Wood (2005), possibilitando uma atualização do conceito de classe englobando as novas categorias profissionais surgidas com a globalização e a desestruturação do mundo do trabalho baseado na divisão entre proprietários dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho (Antunes, 2005).

A luta pelas necessidades básicas (planos assistenciais, comidas, isenções em taxas de luz, etc), “impulsionaram a busca pela (re)criação de novas formas de articulação econômico-sociais frente à percepção de que o desemprego que enfrentam atualmente é estrutural e à erosão das instituições e mecanismos de interação social consolidados ao longo do século XX. E é essa dinâmica observada no movimento que nos permite falar em novas identidades dentro da classe trabalhadora assim como de novas formas de embate social entre trabalho e capital, tanto de caráter defensivo quanto de caráter ofensivo.” (Das Neves, p. 8).

Antunes⁹ propõe uma nova definição de classe trabalhadora retomando a variedade de conflitos contemporâneos desencadeados tanto a partir do mundo do trabalho como pelos desempregados:

Uma noção ampliada, abrangente e contemporânea de classe trabalhadora hoje, a classe-que-vive-do-trabalho, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de salário em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabril e de serviços, part-time, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em extensão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados bóias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores

⁹ Antunes, 2005, p. 8.

desempregados que se constituem nesse monumental exército de reserva. (Antunes, 2005, p. 11).

A questão da classe e da revolução dentro do movimento piquetero é debatida pelos grupos da matriz sindical e também pelos autonomistas. Alguns grupos buscam apenas se inserir no recebimento de subsídios governamentais, acomodando-se à situação do país, enquanto outros propõem a transformação do sistema, das mais diversas formas: a partir das relações cotidianas ou de seu próprio bairro, assim como pela formação de partidos políticos.

A luta de alguns grupos se direciona à criação de postos de trabalho genuíno e permanentes e enquanto não os obtêm, promovem atividades financiadas por micro crédito e pelos planos assistenciais recebidos pelos integrantes.

Outros grupos lutam apenas pelos *planes* - os vêem como um direito, uma espécie de reparação histórica pela perda de seus empregos - e pelos alimentos fornecidos pelo governo, motivo de crítica dos grupos ligados ao autonomismo, que os acusam de colocar-se em uma posição passiva, “adequando-se à imagem de que o desempregado é alguém que busca e deseja, antes que tudo, trabalho. Quer trabalhar, não questionar a sociedade salarial”¹⁰.

As matrizes ideológicas de fundação dos grupos são três, de acordo com Svampa e Pereira (2004):

- 1) **Partidos de esquerda** – estes aportaram suas estruturas ao movimento criando grupos diretamente vinculados aos partidos. A política em seu sentido institucional e eleitoral aparece como um objetivo claro a ser alcançado. São exemplos o *Pólo Obrero*, *Barrios de Pie*, *MTL*, *Movimiento Teresa Vive*.
- 2) **Sindical** - linhas sindicais, opositoras ao presidente Carlos Menem, como a CTA (*Central de Trabajadores Argentinos*) e a CCC (*Corriente Clasista y Combativa*), decidiram voltar-se progressivamente à organização dos desempregados e levantar suas bandeiras, o que marca o salto à massividade das organizações piqueteras. São exemplos a FTV e a CCC.
- 3) **Bairros** - sem vinculação com partidos ou sindicatos, este tipo de organização surgiu a partir de uma organização prévia no bairro ou na comunidade, mais comumente os assentamentos urbanos que começaram a surgir nos anos 80, a partir de ocupações de terrenos no conurbano bonaerense. São exemplos os MTDs do sul de Buenos Aires e a UTD de Mosconi (província de Salta).

¹⁰ MTD de Solano e Colectivo Situaciones (2002), p. 127.

O debate que permeou a tentativa de aproximação das diversas agrupações quando da realização de debates entre os grupos através de uma assembléia nacional, de acordo com Oviedo, era se o movimento

devia organizar-se independentemente, como uma organização trabalhadora, ou seja, como um ‘sindicato de desempregados’, e tender à unidade com o movimento trabalhador organizado, ou devia ser parte de um movimento mais amplo, ‘multisetorial’, com os setores patronais prejudicados pela política econômica menemista.¹¹

Essa união entre os grupos nunca se concretizou. Embora agrupações de blocos diferentes realizem manifestações conjuntas, existem outras que podem ser consideradas opositoras umas às outras. A dinâmica de cooptação através da distribuição de subsídios para agrupações que dialogassem com o governo do presidente Nestor Kirchner (2003-2007) acabou por gerar rivalidade e competição dentro do movimento piquetero.

Para a atualidade, Svampa (2004) aponta uma divisão do mapa piquetero entre três lógicas de construção do sujeito político: a) os grupos coligados à **esquerda tradicional** que “reenvia à classe revolucionária, com uma proposta vanguardista que acredita que o sujeito político se constrói apenas com a mobilização de rua”; b) os **populistas**, “que concebem ao sujeito populista como líder condutor, a massa mobilizada e o pacto social” (surgiram após o segundo ano do governo Kirchner¹² grupos afinados à essa proposta, assumidamente apoiadores do presidente e resgatando a política ‘evitista’); e finalmente, c) as **novas esquerdas**, também chamados de autonomistas, que negam a possibilidade de representação através dos partidos e estão preocupados na transformação das relações econômicas e sociais. Destacam-se a criação espaços de economia alternativa, a autogestão e prática assembleária.

Zibechi (2003) desenvolve a idéia de que os piqueteros são parte de um processo de formação de uma nova classe trabalhadora; “criam uma identidade coletiva vinculada com luta, como parte de uma classe e de um projeto em formação que os transcende” (Zibechi, 2003, p. 131). A organização dos desorganizados e desvinculados do processo de produção acaba por gerar uma nova concepção de trabalho, ligada a controlarem eles próprios o processo de produção que desenvolvem.

¹¹ Oviedo (2004) p. 24.

¹² Que encerrou seu governo em dezembro de 2007 e foi substituído por sua esposa, a ex-senadora Cristina Kirchner.

Não existe “um” movimento piquetero, mas podemos falar de movimentos piqueteros ou um “movimento de movimentos”. A convergência desses grupos diferentes na opção pelo mesmo método de protesto é o que dá unidade ao movimento. Os grupos que se consideram pertencentes à classe trabalhadora possuem uma forma de apropriação dos recursos governamentais diferente em relação aos outros grupos que não tem esse discurso.

Também há grupos que não aceitam o recebimento dos subsídios por decisão própria, como a UTD de General Mosconi, outros só os recebem com a condição de utilizá-los em projetos produtivos enquanto outros têm um controle menor sobre esse subsídio, distribuindo-o realmente de forma clientelista.

Embora se trate de um movimento social bastante recente, sua dinâmica já produziu inúmeras transformações em sua estrutura. Diversos grupos que surgiram na década 1990 se desfizeram, enquanto novos grupos adotam a consigna “piquetera” na atualidade formando novas articulações. Outros se realinharam em relação ao “polo”, ingressando ou saindo de um para outro ou para permanecer autônomo. Da mesma forma, das duas regiões onde o movimento surgiu, em apenas uma delas continua existindo um núcleo piquetero. Em Neuquén, Cutral-Có e Plaza Huincul, a agrupação foi extinta. Entretanto permanece bastante atuante em General Mosconi.

Existem repertórios comuns que continuam a ser adotados pelos diversos grupos e são parte da identidade de todos os grupos que se denominam “piqueteros”. São eles a ação direta, a prática assembleária e o trabalho territorial. É também importante ressaltar a dependência das agrupações piqueteras em relação ao Estado: são os subsídios governamentais que sustentam diversos grupos e permitem a realização do trabalho comunitário nos bairros.

A aproximação de alguns setores (já apoiadores do governo anterior) em relação ao governo Cristina Kirchner já é bastante clara. Essa aproximação fortalece algumas agrupações, que mantém seus benefícios, e enfraquece outras. Essa dinâmica tem prejudicado os grupos mais combativos, da mesma forma que a recuperação da economia tem aumentado o muro que separa trabalhadores empregados e desempregados na Argentina, fazendo com que uma incipiente tentativa de articulação entre ambas as lutas se dissipe.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: Cadernos Andes, Brasília, núm 21, p. 8-16, nov. 2005.

BOMBAL, Inés González (comp.). *Nuevos movimientos sociales y ONGs en la Argentina de la crisis*. Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 2003.

CAPUTO, Sara. Sobre el concepto de pobreza. Observatório Social n 7, 2004. Disponível em <www.observatoriosocial.com.ar> em 13 de setembro de 2006.

DAS NEVES, Renake Bertholdo David. Ser classe trabalhadora o não ser classe trabalhadora, eis a questão. *Anais do V Colóquio Marx e Engels*. Campinas, 2005.

DI MARCO, Graciela, PALOMINO, Héctor (comp.) *Reflexiones sobre los movimientos sociales en la Argentina*. Buenos Aires: Jorge Baudino Ediciones, 2004.

GODIO, Julio. Los movimientos piqueteros ante una seria disyuntiva política. 2003. Disponível em < <http://www.diarioc.com.ar/cartasaldirector/id/56810>> em 27 de outubro de 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MASSETTI, Astor. Protesta o luta de classes? La idea de conflictividad social em las teorías de los movimientos sociales. *Laboratorio*. Ano 6, num. 15, p. 20-27, 2004.

MTD de Solano e Colectivo Situaciones. *La hipótesis 891: mas allá de los piquetes*. Buenos Aires: De Mano en Mano, 2002.

OVIEDO, Luis. *Una historia del movimiento piquetero*. De las primeras Coordinadoras a las Asambleas Nacionales. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2004.

RAPOPORT, Mario. *Historia económica, política y social de la Argentina (1880- 2003)*. Buenos Aires: Ariel, 2006.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. 1916- 1999. 2 ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A., 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimientos sociais*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SVAMPA, Maristella, PEREYRA, Sebastián. *Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras*. 2ed. Buenos Aires: Biblos, 2004.

SVAMPA, Maristella. *La sociedad excluyente: la Argentina bajo el signo del neoliberalismo*. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2004.

WOOD, Ellen. Trabalho, classe e Estado no capitalismo global. In: LEHER, Roberto, SETÚBAL, Mariana (org.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

